



ISSN: 2452-5162

HAAL

Historia Agraria de América Latina

<https://doi.org/10.53077/haal.v1i02.49>

Considerações sobre docência e historiografia: O caso da disciplina Questão Agrária nas ditaduras do Brasil

Henrique Dias Sobral & Marina Mesquita Camisasca

Henrique Dias Sobral Silva [<https://orcid.org/0000-0001-6386-2802>], Doutorando em História e Culturas Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: henriq_sobral@hotmail.com

Marina Mesquita Camisasca [<https://orcid.org/0000-0002-9175-5569>], Doutoranda em História e Culturas Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: marinacamisasca@yahoo.com.br

Recebido: 05 Agosto 2020 • **Aprovado:** 05 Outubro 2020

HAAL é publicada pelo Centro de Estudios de Historia Agraria de América Latina – CEHAL (<https://www.cehal.cl>)



Resumo

O objetivo deste artigo é relatar a experiência didática na disciplina optativa “Questão Agrária nas ditaduras do Brasil” ministrada no curso de graduação em História, no primeiro semestre de 2019, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Brasil. Desenvolvida por dois doutorandos em História para o cumprimento do estágio docente, as aulas consistiram em exposições dialogadas sobre a questão agrária nas ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e na ditadura militar (1964-1985), ambas ocorridas no século XX. A partir das problematizações dos conteúdos, do acolhimento de novas abordagens historiográficas desenvolvidas nas pesquisas brasileiras, de discussões teóricas e de formas de avaliação, essa experiência foi percebida como positiva pela vivência diferenciada em ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Didática do Ensino Superior; Prática Docente; Ditadura do Estado Novo; Ditadura Militar; Questão Agrária.

Considerations on Teaching and Historiography: The Case of the Subject Agrarian Question in the Dictatorships of Brazil

Abstract

This article examines the teaching experience in the elective course “Agrarian Question in Brazil’s Dictatorships” offered in the History major at the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brazil in the first semester of 2019. Developed by two graduate students in History who were fulfilling their student teaching requirement, the classes consisted of discussions about Brazil’s agrarian issues during the Estado Novo dictatorship (1937-1945) and the Military dictatorship (1964-1985). Based on the examination of course content, the reception of novel historiographical approaches in Brazil, and discussions about theory and different types of evaluation, the article concludes that this was a positive practice given the experience gained in teaching, research, and extension.

Keywords: didactics higher education; teaching practice; new state dictatorship; military dictatorship; agrarian question.

Introdução

Este artigo consiste em um relato de experiência de dois alunos de doutorado e professores na construção da disciplina “Questão Agrária nas ditaduras do Brasil” no âmbito do estágio docente, requisito obrigatório para doutorandos bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGHIS-UFMG). Essa disciplina tem relação direta com nossos interesses e agendas de pesquisa, uma vez que estudamos, cada qual em sua trajetória acadêmica, questões relacionadas ao mundo rural brasileiro no século XX. Nosso objetivo nesse artigo é relatar essa experiência político-pedagógica, considerada bem-sucedida, descrevendo criticamente seu programa, analisando-o à luz da literatura e dos desafios teórico-metodológicos que envolvem um tema complexo como a questão agrária nos contextos das ditaduras do século XX no Brasil. Além disso, consideramos essa também uma experiência política, uma vez que atender às demandas por formação de jovens e adultos graduandos em História é um exercício desafiador, em especial nesse momento histórico no qual a universidade pública brasileira é atacada em suas estruturas e práticas pelo atual governo federal.

O desafio permanece também quando pensamos na baixa frequência da discussão sobre didática no ensino superior. Ao longo de nossa formação na pós-graduação não houve qualquer debate sistemático nessa área, o que fez com que nossa prática docente fosse o resultado de nosso envolvimento, enquanto educadores e alunos, com outras modalidades da educação, notadamente com a Educação Básica. Constatado o desamparo teórico-metodológico-institucional, fizemos uso de nossas experiências prévias e de conversas com professores universitários e outros doutorandos que já haviam realizado esse tipo de estágio, para a construção de nossa prática docente no ensino superior. Nesse cenário pouco assistido e constantemente reeditado na formação docente do professor do Ensino Superior no Brasil, consideramos de extrema relevância a concepção de uma pesquisa e de um artigo que reúna alguns tópicos sobre essa prática docente. Soma-se a isso o baixo ou nenhum incentivo a construção coletiva na universidade, o que desintegra iniciativas discentes e reforça uma lógica individualista e pouco colaborativa entre os acadêmicos. Frente a isso, assumimos a postura de lecionarmos juntos, com a intenção ético-política de que, dessa maneira, estaríamos aprendendo e ensinando coletivamente, como professores-pesquisadores em processo de formação.

A despeito desses desafios, construímos a disciplina atentos à formação político-pedagógica dos graduandos, em contraste à ideia da educação como pura transmissão de conhecimentos já consolidados. O intuito era dar lugar aos interesses dos alunos no conjunto da disciplina, atentos aos conhecimentos e questionamentos propostos por eles. Para esse exercício, foi aplicado um questionário diagnóstico que buscou identificar os interesses desses estudantes no contexto da disciplina, a condição socioeconômica e, também, a disponibilidade para execução

das leituras propostas¹. Exercício que se tornou fundamental para o entendimento do perfil da turma e colaborou para que fizéssemos uma análise mais atenta das circunstâncias formativas destes estudantes.

Ainda pensando na construção do nome da disciplina, como já colocado, fizemos a escolha com o intuito de aglutinar dois períodos históricos trabalhados por nós, em nossas respectivas pesquisas de doutorado, quais sejam, a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985)². Como ponto unificador das problemáticas tratadas, escolhemos a questão agrária como um guarda-chuva teórico e temático das discussões a serem trabalhadas ao longo do curso. O conceito mobilizado por nós de questão agrária abrangeu não só a discussão clássica, que analisa os problemas da ocupação de terra e seus impactos socioculturais e jurídicos, mas também uma leitura que dialogava com questões identitárias e étnicas e principalmente com o relacionamento entre homens e mulheres do campo e o Estado, nos períodos trabalhados. Em suma, para nós, a questão agrária é um laboratório privilegiado para percebermos sujeitos sociais em ação, em suas práticas cotidianas, construções de saberes, modos de vida e formas específicas de lidar com a terra.

Nossa escolha por uma análise que abrangesse o Brasil como recorte espacial, não foi automática, ao contrário, se tratou de um compromisso com a análise da questão agrária como preceito de especificidades e carregada de experiências plurais conforme as regiões do país. Distante da pretensão de um verdadeiro e definitivo olhar, nossa intenção foi privilegiar uma abordagem mais abrangente e que acolhesse grupos e questões renegadas nos debates que ocorrem no contexto das disciplinas de graduação em História. A partir dessa opção, foi permitido aos alunos travar contato com os colonos do Rio de Janeiro na década de 1930, nordestinos em regiões de seringais, posseiros de Minas Gerais, povos indígenas na Bahia e, em Minas Gerais, ervateiros no Mato Grosso e tantos outros grupos, carregados de distintos arranjos e vivências ligadas à terra.

¹ Ainda que não seja o foco central desse artigo, algumas considerações merecem espaço: O questionário contou com 15 participantes, sendo os alunos matriculados com idades entre 19 e 42 anos, 60% destes eram somente estudantes, com tempo médio de 30 minutos até uma hora diária de transporte público entre suas residências até a universidade, com uma média de leitura semanal de 40 a 60 páginas. Tendo em vista o largo período de inscrição na disciplina e possibilidades de trancamento estipulado pela universidade, ao final da disciplina contamos com 20 alunos inscritos e concluintes.

² Sabendo da divergência acadêmica entre a nomenclatura utilizada para designar o processo ditatorial brasileiro e considerando não ser o intuito deste artigo discutir amplamente tal questão, optamos por utilizar o termo ditadura militar, seguindo as justificativas dos historiadores Carlos Fico e Marcos Napolitano, que preferem nomeá-la desse modo sob a justificativa de que o controle do Estado e as tomadas de decisões durante os 21 anos eram exercidos por lideranças militares. Isso não significa ignorar o apoio e a participação de setores da sociedade civil ao regime, até porque seria bastante improvável que um regime durasse tanto tempo sem o apoio de setores civis. Sobre o conceito de ditadura militar ver: Napolitano, Marcos. 1964 história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 18; Fico, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: Revista Brasileira de História. v.24, n.47, São Paulo, 2004.

Isto posto, para o exercício teórico-metodológico deste artigo utilizamos a técnica do relato de experiência como procedimento de elaboração de nosso estudo. Essa metodologia pode ser descrita como a exposição de uma determinada experiência com a qual o pesquisador conviveu e que possa contribuir de forma significativa para um dado objeto de estudo ou campo do conhecimento (Gil, 2008). Além desta, faremos uma análise crítica sobre o programa do curso, de modo a apresentar e problematizar os eixos centrais da disciplina proposta. Deste modo, nossa investigação tem o objetivo de apresentar e problematizar a relação da prática docente no ensino superior em paralelo à discussão sobre a temática da questão agrária nas ditaduras no Brasil do século XX.

Estrutura da disciplina

A concepção e oferta de uma disciplina feita por doutorandos para o curso de graduação de sua área se trata de um requisito para pós-graduandos em nível de doutorado, quando financiados pela CAPES, fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. Uma vez que ambos os autores são bolsistas dessa instituição, ao final do primeiro ano de doutorado, nos colocamos ao desafio de construção conjunta de um programa de disciplina. Para esse processo, de imediato nos chamou a atenção a baixa incidência de disciplinas obrigatórias ou optativas no campo da História que propusessem debates sobre a questão agrária em suas ementas³. A partir de pesquisa realizada em sites de universidades públicas brasileiras foi possível notar que poucas são as disciplinas que abordam a temática⁴. Das doze universidades pesquisadas em apenas três delas a questão agrária aparece tratada nas ementas dos cursos de História. Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) o tema é abordado na disciplina de História do Brasil III. No conteúdo programático a temática aparece no item 7. Trabalhismo e sindicatos; a questão racial; a questão agrária e as lutas sociais no campo. Já na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Federal Fluminense (UFF) são ofertadas disciplinas optativas que tratam

³ Movimento distinto tem ocorrido em áreas como a da Sociologia e da Antropologia, tanto na graduação quanto na pós-graduação, que hoje discutem profundamente temas ligados à questão agrária, com enfoque especial no século XX e XXI. Contudo, é preciso que façamos uma ressalva para iniciativas individuais na área de História e também coletivas, como a Rede Proprietas (UFF) e os grupos de trabalho nas unidades estaduais da Associação Nacional de História.

⁴ Foram pesquisadas as ementas das disciplinas dos cursos de graduação em História das seguintes universidades: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Acre, (UFAC), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Sergipe (UFS). Não foram encontradas *online* ementas de disciplinas das universidades: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

especificamente do tema: “A questão agrária no Brasil” e “História dos movimentos sociais no campo (Brasil, século XX)”, respectivamente⁵.

Avaliamos esse cenário como resultado de certa aversão de parte da historiografia que, em especial a partir do final dos anos de 2000, taxou escritas sobre esses temas como marxistas e unicamente discutíveis sob o viés do materialismo histórico, encarando tal método como ultrapassado ou passível de descrédito, frente a ascensão de concepções pós-modernas em nosso campo de atuação. Todavia, longe dos debates, disputas e silêncios epistemológicos, pesquisas apontaram que no Brasil 1 milhão de pessoas foram afetadas por 1.500 conflitos no campo em 2018 (CPT, 2018). Para nós esse dado foi suficiente para mostrar a relevância e atualidade do tema e, por isso, nos propusemos a discutir questões relacionadas ao mundo rural em sala de aula.

Colocado esse compromisso, idealizamos a disciplina cinco meses antes do início das aulas, e ela foi construída com o objetivo de abordar a questão agrária nos dois períodos autoritários vividos pelo Brasil no século XX, nas ditaduras varguista (1937-1945) e militar (1964-1985), sem deixar de tratar do interregno democrático existente entre esses dois momentos (1945-1964). O curso, por determinação da coordenação do programa de pós-graduação em História, tratou-se de uma disciplina optativa de quatro créditos, sendo ministrado presencialmente nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, com 60 horas de duração. Dividido em 30 aulas, ele foi pensado de modo a valorizar uma estrutura didática tripartite que valorizaria a análise de fontes, a apresentação dos autores selecionados para cada aula e, a partir dessa introdução, seriam lançadas questões geradoras que motivariam o debate com os alunos que em princípio, leriam a bibliografia previamente disponibilizada.

O uso da análise de fontes, selecionadas por nós conforme o tópico da disciplina, se justificava pela oportunidade de podermos acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental trouxe a oportunidade de observação de processos de aperfeiçoamento de sujeitos, coletividades, conceitos, mentalidades, práticas, entre outros aspectos (Cellard, 2008). Além de propiciar um espaço para o debate sobre a guarda de documentos históricos e, também, de publicizar arquivos físicos e digitais para os alunos.

A apresentação dos autores nasceu de uma inquietação de nós professores em notar um processo, comum nos cursos de História, de apagamento da lógica de vida, trabalho, lugar de fala e produção dos/as pesquisadores/as. Distante de uma objetificação ou coisificação dos/das autores/as, nossa intenção com esse exercício foi fundamentar a literatura a partir da valorização das trajetórias sócio-políticas e acadêmicas daqueles que a produziram, respeitando acima de tudo suas existências e compromissos de pesquisa. Em diálogo com o método pedagógico de

⁵ Não é por acaso que somente em universidades situadas no estado do Rio de Janeiro a temática seja abordada de forma aprofundada nos cursos de graduação em História. É nessa região que está situada hoje a maior parte dos historiadores que se dedica a pesquisar a questão agrária no Brasil do século XX. Minas Gerais, por exemplo, estado onde está situada a UFMG, universidade onde lecionamos, ainda possui poucas pesquisas nessa área. Os estudos sobre o mundo rural mineiro contemplam, em sua maioria, os séculos XVIII e XIX.

Paulo Freire (1981), nossa intenção foi alargar a discussão sobre a palavra geradora, transformando-a em pergunta geradora. Formulada por nós com base em nossas leituras e acúmulos sobre as temáticas tratadas, nossa intenção era sugerir perguntas para os alunos de modo que, com base em seus cabedais de experiência e leituras sugeridas na disciplina, fosse possível adentrar nas discussões propostas nos textos e, eventualmente, tratar de debates análogos às questões gerais da aula. Construído o método, a seleção dos conteúdos foi pensada com o intuito de discutir com os alunos inicialmente conceitos considerados fundamentais para, em seguida, adentrar nas temáticas relativas à questão agrária em cada uma das ditaduras. Os primeiros conceitos debatidos em sala trataram do entendimento sobre o que é ditadura e sobre o que é questão agrária no Brasil⁶. Após duas aulas teóricas, a disciplina abordou a temática do Estado Novo e a sua relação com a questão agrária, como será visto com mais detalhes na sequência.

Histórias que a História não conta: A Ditadura do Estado Novo vista do campo

Exposta a proposta de percurso didático, qual não foi nossa surpresa quando nas primeiras aulas os alunos relataram profundo desconhecimento sobre questões relacionadas ao mundo rural na ditadura do Estado Novo. Temas que não foram abordados na universidade nem tão pouco na Educação Básica. O desconhecimento sobre a temática levou os alunos a uma série de associações forçadas das dinâmicas do campo como ainda semelhantes ao período da Primeira República (1889-1930)⁷.

No que compete à historiografia brasileira, avaliamos que há um enorme descompasso temático em relação aos estudos da ditadura do Estado Novo. Por um lado, temos os trabalhos já consolidados, sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo do trabalho, as lutas dos trabalhadores até a conquista da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dentre outros relativos ao meio urbano no período. Por outro, temos incursões pontuais, apesar de potentes, sobre questões ligadas ao mundo rural e à questão agrária⁸.

⁶ Essas aulas, tratadas por nós como aulas conceito foram respectivamente a aula 02: “Trabalhando conceitos: O que é Ditadura?”, aula 03 “História e Historiografia da Questão Agrária” e aula 18: “Retornando aos conceitos: O que foi a ditadura militar?”, sendo inseridas no curso de modo a pavimentarem conceitos antes do início dos estudos de caso, em cada um dos períodos ditatoriais abordados.

⁷ Eventualmente, fenômenos como o coronelismo e o messianismo, foram evocados como constructos do meio rural no período da ditadura do Estado Novo, quando na realidade respondem mais objetivamente ao período da primeira república brasileira.

⁸ No campo da historiografia destacamos os textos, trabalhados ao longo da disciplina, que se dedicaram a essa temática: Camargo, A. (1981). A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964).. In: Fausto, B. (ed.), *O Brasil Republicano*. Coleção História geral da civilização brasileira. Tomo III, 3º volume (1930-1964), São Paulo: Difel, 121-224; Ribeiro, V. V. (2006). *A Roça y la Campaña: a questão agrária face ao Varguismo e ao Peronismo*. Doutorado (Tese). Niterói: Universidade Federal Fluminense; Welch, C. A. (2010). *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular; Dezemone, M. (2014). Mundo Rural e Era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente. In: *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, v. 12, 219-245; Carvalho,

Esse processo de silenciamento das questões do mundo rural se consolidou a partir de determinadas leituras que apontavam para um arranjo precário no qual Getúlio Vargas não estendeu os direitos trabalhistas aos homens e mulheres do campo, por conta da resistência dos latifundiários, ficando o campo supostamente ignorado pelas políticas públicas e sem maiores interações com o presidente (Fausto, 2006; Carvalho, 2008). Ao lado dessa interpretação, outra, mais preocupada com o conceito e aplicação do termo populismo, apontou a luta pela terra e por direitos, como resultado do colapso do populismo, perspectiva apressada, pouco embasada em fontes e que desconsiderou a agência dos povos do campo naquele período (Ianni, 1975).

Distante dessas visões e do cenário de desconhecimento dos alunos, nossa disciplina propôs um olhar crítico sobre essa bibliografia, a partir do debate colocado por novos pesquisadores que, munidos de novas fontes e perguntas, questionaram o silenciamento das lutas e mobilizações, individuais e coletivas nascidas no campo durante o Estado Novo.

Em um processo de rediscussão da questão dos direitos dos trabalhadores rurais, nos dedicamos a debater, com base em artigos do historiador Marcus Dezemone, a necessidade de um novo olhar para essa temática. Em exame atento da CLT, o autor nota um tensionamento entre a inclusão - demonstrada no artigo 13, que trata da necessidade de carteira profissional obrigatória para qualquer atividade profissional, inclusive rural e temporária - e a inutilidade dessa para os trabalhadores rurais, como demonstra o artigo 7º do título I da mesma legislação (Dezemone, 2014). Em meio a essa contradição entre legalidade e ilegalidade, há um espaço de disputa e questionamento que os historiadores ainda acessam pouco e que, tal como apontado por Dezemone, podem ser vasculhadas em processos judiciais e criminais.

Ainda sobre os trabalhadores do campo, dedicamos comentários e análises de fontes referentes à sindicalização dos trabalhadores rurais, com atenção especial ao caso dos trabalhadores da cana de açúcar. Distante da visão corrente na historiografia de que os sindicatos urbanos foram os únicos no período, dialogamos sobre a sobreposição legislativa que deu origem a essas organizações no campo, e a sua criação formal a partir de 1945⁹. Para esse exercício percorremos, a partir de texto de Felipe Vieira Soares, a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos de Goytacazes, ao longo dos anos 1940, acompanhando o processo de formação de classe no proletariado rural campista na luta pela ampliação e aplicação das leis trabalhistas no campo (Soares, 2015).

Em outra chave de leitura, valorizamos os aspectos socioculturais, discutidos por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, acerca da dignificação autoritária do trabalho, agora, não mais vista sob o prisma da urbanização, mas sim das ruralidades (Linhares, Silva; 1999: 115-124). Com esse enfoque, foram expostas e discutidas, distintas formas de

E. B. de. (2017). Colonização dirigida no Paraná. In: Carvalho Ely Bergo de. *Inspirar Amor à Terra: Uma história ambiental da colonização moderna no Brasil, o caso de Campo Mourão – Paraná, 1939-1964*. São Paulo: Alameda, 79-99.

⁹ BRASIL. Decreto-lei 7.449 de 9 de abril de 1945.

aproximação do Estado com os homens e mulheres do campo, através do aumento da oferta de cursos de Economia Doméstica e Ciências Agrárias, o princípio da extensão rural e outros projetos que tentaram estabelecer novos parâmetros para o cotidiano da vida no campo e, ao menos simbolicamente, aproximavam o Estado Novo das demandas dos camponeses (Mendonça, 2007).

Distante de uma inter-relação harmônica, cada um desses projetos comportava uma disputa, desde a concepção até sua execução, e para melhor investigarmos esse processo, nos dedicamos a conhecer as estruturas de poder das elites rurais daquele período. Com o aporte do debate gramsciano proposto por Sônia Mendonça, mapeamos a estrutura da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB) que, a partir de seus interesses na expansão do capitalismo no campo, produziram e incentivaram propostas de políticas públicas para o campo brasileiro (Mendonça, 2010)¹⁰.

Dentro dos projetos nacionais que dialogaram com o campo, trabalhamos com os alunos a Marcha para Oeste (1940-1945) e a política da Batalha da Borracha (1943-1945). A Marcha para Oeste foi uma política do Estado Novo para incentivar o desenvolvimento e a ocupação do Centro-Oeste brasileiro, construída a partir da organização de um plano de migrações para o centro geográfico do Brasil, acarretando um processo de extermínio de populações indígenas, que estava ligado a sobreposição de direitos de propriedade. No mesmo período, associado ao contexto da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, houve a política da Batalha da Borracha que incentivou migrações de nordestinos, assolados pela seca, para áreas da floresta amazônica com o intuito de extrair e produzir látex que seria fornecido aos EUA no contexto do esforço de guerra¹¹. Logicamente não seria possível aqui dissertar longamente sobre tais projetos, mas, o sentido de suas participações na ementa e nos debates de nossa disciplina, explicam-se porque foram grandes “panaceias do desenvolvimento”¹² que atingiram sobremaneira os povos do campo. Ambos os movimentos foram recebidos como novidades pelos alunos, uma vez que esses debates não são realizados na educação básica e, quando feitos nas universidades, ficam restritos às instituições dos estados brasileiros que receberam objetivamente essas políticas. Inclusive, no que coube a discussão sobre a Marcha para Oeste, os alunos ficaram surpresos com tal política já que possuíam conhecimento sobre a experiência de igual nome ocorrida nos EUA no século XIX. Saber esse que nós professores acolhemos e, a partir de uma concepção de História

¹⁰ Há que se destacar que a historiadora brasileira Sônia Regina de Mendonça é uma das principais intelectuais que se dedicou ao tema da lógica de poder na educação no campo, em diferentes modalidades e apresentações ao longo do regime republicano, notadamente na primeira república (1889-1930) e no governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

¹¹ Para maiores informações sobre os fenômenos, ver: Velho, Octávio Guilherme. (1976). *Capitalismo autoritário e campesinato*. S. Paulo, Difel. 128-143 e Secreto, M. V. (2007). A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos históricos*: Rio de Janeiro, n°.40, julho-dezembro, 115-135.

¹² O uso da expressão “panaceias do desenvolvimento” é uma livre apropriação do termo cunhado por Otávio Velho, para referir-se a políticas públicas que, pensava-se a época, solucionariam ou remediariam males do desenvolvimento do país (Velho, 1976).

comparada, traçamos paralelos e diferenciações entre Brasil e Estados Unidos para uma exposição mais aprofundada da temática no contexto brasileiro¹³. Construindo um entendimento da experiência brasileira como resultado de uma política caudatária do capitalismo autoritário, conduzida pelo Estado e não a versão norte-americana do *self made man* liberal rumo à fronteira (Velho, 1976).

No processo de construção das discussões sobre a Marcha para Oeste, provavelmente devido aos costumeiros genocídios e etnocídios que ocorreram e ainda ocorrem no Brasil, especialmente nas experiências ditatoriais, não foram encontrados dados que quantificassem o tamanho da violência no processo de colonização do Centro-Oeste. Essa afirmação logicamente não nos faz referendar a lógica do espaço vazio, avaliação sociologicamente equivocada, mas faz pensar que o extermínio de populações ainda carece de muitas pesquisas e avanços historiográficos para figurar nas páginas da História do Brasil.

Frente a violências e silenciamentos, mais especificamente sobre a campanha da Batalha da Borracha, essa, contudo, carrega consigo um cenário de 25 mil mortos e desaparecidos, devido ao abandono da assistência e acompanhamento prometido pelo governo de Getúlio Vargas (Secreto, 2007:131). A questão ganhou espaço em uma Comissão Parlamentar ao final da ditadura do Estado Novo, em 1946, mas, somente em 1988, com a mais recente constituição em vigor no Brasil, os direitos desses atingidos foram reconhecidos na forma de pensões pagas pelo Estado (Secreto, 2007:132). No limite, essas “panaceias” apontam para uma situação na qual, fosse a condição de nordestino rumo aos seringais, dos povos indígenas dizimados pelo contato com o colonizador ou do camponês rumo às colônias agrícolas no Centro-Oeste, estamos falando de populações do campo que, a despeito de suas cosmovisões e especificidades, foram afetadas por políticas públicas que visavam o desenvolvimento e aperfeiçoamento, unicamente, do capitalismo.

Um dos movimentos sob o qual o capital incidia naquela sociedade era na seara das migrações. Fosse no Centro-Oeste ou nos seringais da Amazônia a propaganda política falava em supostas terras vazias, desocupadas, a serem ocupadas produtivamente pelos migrantes. Contudo, essa questão sociológica e política, na prática, representou um processo violento de retirada de seus ocupantes originais, fator que contribuiu profundamente para a intensificação do problema de distribuição da propriedade da terra nessas regiões. Por isso, tal como no tempo presente, quisemos dialogar com os alunos sobre esses sujeitos como “pagadores” de um suposto desenvolvimento que não os beneficiou. Nessa chave interpretativa, no tópico (I) migração e o meio rural brasileiro, discutimos a função dos deslocamentos populacionais e sua relação com a economia e o desenvolvimento do capitalismo. Preocupados mais uma vez com a atuação de homens e mulheres, debatemos o trânsito de brasileiros e estrangeiros no campo. Especialmente

¹³ Essa constatação põe a descoberto um dos desafios sentidos no Ensino de História e na construção curricular, seja na escola ou na universidade, que é o excesso de conteúdos ligados aos Estados Unidos da América e à Europa que “incham” os currículos e diminuem as possibilidades de inserção de temas e eventos ocorridos no Brasil.

a migração do Nordeste para o Norte (por exemplo, para o trabalho nos seringais), do Nordeste para o Sudeste (com a atração para as grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo) e dessas duas últimas regiões para o Centro-Oeste, (nas circunstâncias da ocupação produtiva da Marcha para Oeste). A história a contrapelo desse fenômeno evidenciou o aprofundamento dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais brasileiras, atingindo sobremaneira a vida de diversos grupos em suas ressignificações ou extermínios do ser camponês e de suas cosmovisões.

No que compete ao eixo da imigração, apresentamos e debatemos as especificidades das colônias agrícolas de imigrantes, em especial de japoneses e alemães, nas regiões Sul e Sudeste do país. Nessa oportunidade enfatizamos o debate realizado pela Antropologia, que mapeou modos de fazer e ocupar a terra e a construção dessas experiências pelos imigrantes que se fixaram em áreas rurais (Seyferth, 1999). Prezando por um enfoque que privilegiasse o conflito, comentamos e problematizamos o contexto da Segunda Guerra Mundial para os imigrantes, em especial o autoritarismo e a violência da campanha de nacionalização, fundada no desmantelamento dos diacríticos dessas populações e na coerção dos seus saberes e práticas. Em nossa compreensão, tal experiência atingiu de forma substancial a relação desses grupos com a terra e a produção, uma vez que eram assistidos pelo medo e pela iminência da prisão e/ou deportação.

Reforçando nosso compromisso em pensar os conflitos, foram dedicadas duas aulas às “Resistências e Lutas no Campo Brasileiro no Estado Novo”. Nesse ponto, foi nossa intenção romper com a ideia cristalizada de que os povos do campo não se mobilizaram e não exigiram seus direitos, tal como os trabalhadores urbanos, fosse com questões ligadas ao trabalho ou à manutenção da ocupação na terra em que viviam. Durante a construção dessas aulas, junto aos alunos, tratamos de formas de resistência camponesa, como cartas enviadas ao presidente Getúlio Vargas na tentativa de exigir direitos (Ferreira, 1997; Reis, 2002; Ribeiro, 2006; Welch, 2010), criação de associações e sindicatos (Welch, 2010; Soares, 2015) e até os mais amplamente conhecidos processos judiciais (Dezemone, 2012). Essas formas de resistência nos levaram a descartar o discurso da apatia e desorganização dos povos do campo, desenvolvendo uma noção de apropriação criativa dos direitos a partir das brechas políticas do poder instituído pela ditadura estadonovista. Ao término do conjunto de aulas referentes a esse período, ficou latente a necessidade de incentivo e incremento em pesquisas na área, em especial com novos métodos, fontes e questionamentos sobre o mundo rural no Estado Novo.

Ditadura militar

Após o término das aulas sobre o Estado Novo sentimos a necessidade de trabalhar o tema da questão agrária no período do interregno democrático, 1945-1964, existente entre as duas ditaduras. O intuito era situar os alunos no contexto do pré golpe de 1964, que impulsionou o debate sobre a questão agrária e viu crescer os movimentos no campo. Para isso, foram ministradas três aulas: 1- Interregno democrático: movimentos sociais no campo; 2- A atuação

do governo João Goulart frente a questão agrária; 3- As Ligas Camponesas e a sindicalização rural no pré-1964. A historiografia é bastante profícua no que se refere às questões do campo entre os anos de 1945 a 1964¹⁴. Esse é um período muito estudado devido ao surgimento das Ligas Camponesas, em 1954, no Nordeste e sua posterior expansão para outras regiões do país e, também, pelo crescimento de outras organizações como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), que atuaram fortemente nas mobilizações ocorridas no pré-1964. As aulas pretendiam discutir com os alunos o crescimento da mobilização camponesa no contexto pré-golpe. Além de tratar das políticas adotadas pelo governo para tentar resolver o problema da concentração fundiária no país. Durante esse interregno democrático foi no governo de João Goulart (1961-1964) que a mobilização camponesa cresceu com maior intensidade e passou a colocar em xeque o *status quo* no campo, além de pressionar pela realização da reforma agrária. Esse foi um período marcado por intensas discussões sobre a realização da reforma agrária no Brasil. Essas ocorriam simultaneamente ao acirramento dos conflitos no campo. Foi sobre o crescimento das mobilizações e conflitos no campo, que contribuiu para a efervescência política do período que antecedeu ao golpe de 1964, que essas três aulas trataram. O objetivo era que os alunos compreendessem a importância da questão agrária para aquele momento histórico e quais foram as mudanças ocorridas após a instauração de uma nova ditadura no Brasil.

A mobilização no campo e os conflitos que marcaram o meio rural no pré-1964 foram duramente reprimidos com a instauração do regime civil militar naquele ano. No entanto, apesar do governo autoritário tentar desarticular o movimento camponês, esse não desapareceu. Suas formas de luta se modificaram, mas não deixaram de existir. Foi sobre as diferentes formas de resistir à violência praticada no campo durante o regime militar que a disciplina pretendeu discutir nesta parte do segundo módulo. Para isso, primeiramente foi discutido com os alunos o conceito de ditadura militar e o que significava resistir nesse contexto. Foi apresentado para os alunos os debates da historiografia sobre o conceito de ditadura militar ou civil militar (Reis Filho, 2000; Motta, 2016). Além disso, discutiu-se o conceito de resistência com o intuito de desconstruir a ideia de que apenas aqueles que pegaram em armas e lutaram contra o regime foram os “resistentes” à ditadura militar. O propósito era alargar o conceito de resistência para pensar na resistência cotidiana exercida pelos homens e mulheres do campo diante das violências infringidas contra eles, tanto pelos latifundiários e grileiros, quanto por agentes do Estado. A

¹⁴ Exemplos dessa historiografia são: Azevedo, F. A. (1982). *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Borges, M. E. L. (1988). *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950- 1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; Camargo, A. A. de. (1973). *Brésil du Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populist*. Tese (Doutorado). Paris: Université de Paris; Grynszpan, M. (1987). *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Medeiros, L. S. de. (1982). *A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo.

discussão foi iniciada a partir da conceituação das formas cotidianas de resistência camponesa propostas pelo cientista político James Scott¹⁵.

Após o debate conceitual sobre ditadura militar e resistência, a aula seguinte abordou a atuação do regime militar no campo e as formas de violência empreendidas pelo Estado ou com o seu consentimento. Muitas vezes a violência que atingiu o meio rural não foi praticada diretamente pelo Estado, mas contou com a sua conivência ou omissão. Foi possível notar que os alunos desconheciam sobre essa violência e se mostraram surpresos com os dados que apontam para a grande dimensão da violência que se abateu sobre o meio rural e que ainda é pouco discutida pela historiografia. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, existem 602 casos de camponeses mortos ou desaparecidos que poderiam ter sido examinados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, mas não o foram. Dessas mortes ou desaparecimentos, 131 foram praticadas por agentes do Estado e 471 por agentes privados. Além disso, em apenas 25% dos casos foram abertos inquéritos policiais e somente cerca de 5% tiveram desfecho policial (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013). Ou seja, além de ser pouco conhecida e abordada pela historiografia, essa violência não foi punida, em muitos casos, sequer analisada. Os camponeses não tiveram acesso a mecanismos que pudessem de alguma forma compensar os danos sofridos durante o regime militar.

Para exemplificar a extensão das arbitrariedades ocorridas no campo, optamos por debater com os alunos dois casos de conflitos de terra marcados por violações de direitos humanos praticadas pelo Estado durante o regime militar. Esses casos ocorreram na região Norte do estado de Minas Gerais e são emblemáticos das arbitrariedades exercidas pelo Estado ou com a sua conivência na área rural, contra pessoas humildes que lutavam para permanecer na terra em que viviam. Os alunos se mostraram muito interessados nos casos de Cachoeirinha e Saluzinho discutidos em sala de aula. O conflito de Cachoeirinha provocou, em 1967, a expulsão de 212 famílias de posseiros das terras que habitavam no município de Varzelândia. O despejo ocorreu com muita violência e, pelo menos, 7 posseiros foram assassinados no momento da expulsão, que foi chefiada pelo coronel do 10º Batalhão da Polícia Militar de Montes Claros, Georgino Jorge de Souza. Além de ser coronel da PM Georgino era também advogado dos ditos proprietários e recebeu pelos serviços advocatícios terras na região. Hoje parte dessas terras formam os assentamentos União, Caetité e Vitória. Alguns dos antigos posseiros, que habitavam a localidade na época dos despejos, conseguiram receber um lote para plantar e residir, o que para eles representou uma enorme conquista. Ainda hoje existem muitas pessoas sem terra na região e o latifúndio continua a predominar, o que faz com que a violência continue.

¹⁵ Foram indicados dois textos de James Scott para discussão em sala de aula: o artigo “Formas cotidianas de resistência camponesa” publicado na revista *Raízes*, volume 21, nº 1, jan-jun 2002 e o capítulo 1 do livro *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*, publicado em 1992 e traduzido para o português em 2013 pela Livraria Letra Livre.

A análise de dois conflitos ocorridos em Minas Gerais se mostrou profícua já que os alunos se mostraram muito interessados e relataram o desconhecimento de violências ocorridas no estado em que residem, ou seja, tão próximas deles, e que até hoje tem impacto na vida de muitas pessoas na região. Alguns estudantes chegaram até mesmo a relatar problemas por terra vividos por familiares ou amigos. O que para nós foi bastante positivo, pois tornou possível fazer comparações entre fatos ocorridos no passado e no presente, mostrando aos alunos que a questão agrária no Brasil ainda é um problema que não foi solucionado e está longe de sê-lo.

Além da violência praticada contra camponeses também foi abordada a política do regime militar voltada aos povos indígenas e as violências cometidas contra esses últimos entre os anos de 1964 a 1985. Minas Gerais foi um estado emblemático no que se refere à questão indígena durante a ditadura militar, já que sediou o Reformatório Krenak, a Colônia Agrícola Guarani e foi o local de treinamento e formação da Guarda Rural Indígena (GRIN). O Reformatório Krenak foi criado em 1969 dentro do território do povo Krenak, no município de Resplendor (MG). Suas instalações foram construídas pelos próprios Krenak, que não sabiam o que viria a ser aquela obra, um presídio para indígenas de todo o país. Em 1972, diante dos conflitos de terra na região o Estado decidiu pela evacuação da área e transferência de todos os Krenak e dos índios presos para a Fazenda Guarani, situada em Carmésia (MG). Foi então criada a Colônia Agrícola Guarani, que funcionou até o ano de 1979 e operou como uma colônia penal para indígenas, assim como o Reformatório Krenak. A GRIN, por sua vez, instituída em 1969, era composta por índios de diversas etnias, treinados no Batalhão Escola Voluntários da Pátria, em Belo Horizonte, para atuar no patrulhamento de suas aldeias de origem. Essa experiência, contudo, não foi exitosa e foram registrados atos de tortura, estupro e insubordinação praticados por membros da GRIN. Tratar da questão indígena e dos mecanismos utilizados pelo Estado para “controle” desses povos tinha por intuito alargar a visão dos alunos sobre o campo. Afinal, os índios também compõem o meio rural, mas são alvos de políticas públicas específicas, que no período da ditadura militar foram extremamente violentas e provocaram o extermínio de muitos indígenas em todo o país.

Na sequência didática da disciplina, foi abordado o crescimento da mobilização camponesa no período da “abertura política” na década de 1980, dando ênfase à criação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984. Em seguida, foi discutido o fim da ditadura militar e a forma como a Justiça de Transição no Brasil tratou das violações de direitos humanos cometidas contra homens e mulheres do campo. A abordagem sobre a Justiça de Transição e o olhar sobre o campo se mostrou bastante interessante por ser um tema pouco tratado pela historiografia, sendo de maior análise no campo do Direito. Novamente foi enfatizada a invisibilidade do campo, já que poucos foram os casos de camponeses mortos e desaparecidos que foram reconhecidos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos¹⁶, instituída no Brasil em 1995. Ou seja, os camponeses foram excluídos da Justiça de

¹⁶ De acordo com o relatório “Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição” produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2013, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos avaliou apenas 51 casos de camponeses e aprovou 29.

Transição brasileira. Esta foi a última temática trabalhada na disciplina e promoveu uma aproximação com o tempo presente, já que o trabalho da Justiça de Transição não está acabado e ainda há muito o que se fazer no Brasil para que os responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura militar sejam culpabilizados e punidos.

Avaliação: construção coletiva de conhecimento público

Em relação à avaliação da disciplina optamos por propor aos alunos a construção de um wiki, que ao final do curso deveria ser postado na enciclopédia livre Wikipédia, e que se relacionasse a alguma temática discutida em sala de aula. Isso se deu por nossa intenção de que a experiência de escrita fosse maior do que apenas a de consolidação da conclusão e da atribuição de nota aos alunos. Nosso objetivo foi que esse exercício aglutinasse esforços para a compreensão e acolhimento das múltiplas escritas dos alunos, com atenção ao seu aprendizado e/ou aperfeiçoamento frente às demandas de um trabalho acadêmico.

Acreditamos na construção dos wikis como um processo compartilhado de apoio mútuo e troca de experiências, e constante reflexão orientada sobre a prática de pesquisa, que dependia basicamente do trabalho lado a lado entre nós e os graduandos. O modelo proposto foi muito enriquecedor para o processo de escrita que se fez durante toda a disciplina e não apenas ao seu término. Os alunos tiveram duas avaliações do wiki proposto antes da postagem final na plataforma *online*. Estrutturamos a disciplina de forma que o tema, uma primeira versão, os feedbacks e a versão final, postada na enciclopédia digital, fossem realizados junto aos alunos. Todos os textos foram comentados por nós e enviados para os alunos com sugestões de modificações e acréscimos, a partir de bibliografia indicada. A construção dos temas e dos textos foi coletiva e aconteceu ao longo de todo o semestre.

O resultado foi bastante positivo, após as discussões sobre as ideias e, posteriormente, os textos redigidos pelos alunos, todos conseguiram postar seus wikis na plataforma via web. Alguns estudantes tiveram dificuldades com a aprovação dos seus textos pela plataforma da Wikipédia, pois existem critérios de palavras e expressões consideradas inadequadas, mas isso foi sanado após pequenas modificações no texto original.

Essa proposta se mostrou exitosa, pois possibilitou a difusão do conhecimento aprendido em sala de aula para além das fronteiras da universidade. Avaliamos que a elaboração de um verbete para a Wikipédia é uma forma de transmissão do conhecimento que atinge a um público mais extenso. Afinal, todos os interessados em saber mais sobre os temas trabalhados pelos alunos conseguem acessar o conteúdo *online*, que em geral é um dos primeiros sites que aparecem nas buscas feitas na internet.

Considerações finais

Avaliamos que as muitas peças que faltam devem ser objetos de novas pesquisas. A disciplina aqui relatada na forma de artigo pretendeu acrescentar uma peça na construção desse conhecimento. Sem pretensões de termos elaborado uma disciplina capaz de propor uma história total da questão agrária nas ditaduras no Brasil do século XX, nossa intenção foi debater e problematizar alguns casos, historicamente situados, em que o conflito entre Estado, proprietários rurais e ocupantes – das mais diversas origens e histórias – se estabeleceram e se consolidaram tendo a terra como um ponto de conflito. Com isso, foi nossa intenção compartilhar com os alunos o entendimento da questão agrária como arena de luta, expressões de conflitos entre classes, sujeitos ou interesses distintos. Apesar da carência de um espaço de estudo sobre a prática docente no Ensino Superior, os desafios e dificuldades de lecionar em uma universidade, foram driblados com a elaboração compartilhada e dialogada entre nós, os professores, que somos também alunos da mesma instituição. Dessa forma, com elementos constitutivos de nossos temas de pesquisa, a elaboração do método de ensino, do conteúdo ministrado e dos objetivos, foi possível a realização com êxito desse empreendimento didático.

Com relação ao trabalho final para os alunos, que se estendeu por toda a disciplina, foi nossa intenção primordial executar uma ação pedagógica autêntica que dialogasse com a extensão universitária. Nossa intenção primordial com esse exercício foi defender que, em tempos sombrios de antitelectualismo, é urgente a ampliação do conhecimento, via extensão universitária de baixo custo, como foi a empreendida nessa disciplina, com a confiança de que assim, é possível operacionalizar uma mediação entre universidade-sociedade, na forma de uma produção crítica do conhecimento.

Por último, apesar do exercício de distintos grupos de pesquisa na área de História, há na construção da historiografia da atualidade certo descaso e até um esquecimento sistemático sobre os estudos do mundo rural, sendo esse debate realizado por áreas como a Sociologia e a Antropologia. Nadando contra essa maré, acreditamos na necessidade de que mais grupos de docentes e discentes, preocupados com essa agenda de pesquisa, reúnam-se e proponham atividades de ensino, pesquisa e extensão na área, afinal, falar do campo e de suas relações é pensar também em nossa alimentação, saúde e, principalmente, nas formas de expressão do capitalismo no nosso tempo. Criticar e problematizar o campo, a partir de questões do presente, foi nosso compromisso ao lecionarmos no âmbito do estágio docente. Compromisso esse que também nos acompanha em nossas pesquisas de doutorado.

Agradecimentos

Agradecemos aos graduandos dos cursos de História e Economia da UFMG que optaram por fazer a disciplina “Questão Agrária nas Ditaduras no Brasil”, nós aprendemos muito com vocês. O diálogo em sala de aula foi extremamente importante para a nossa formação enquanto professores e pesquisadores de um campo ainda pouco valorizado pela historiografia.

Referências

- Azevedo, F. A. (1982). *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra.
- Borges, M. E. L. (1988). *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte (MG): Universidade Federal de Minas Gerais.
- Camargo, A. A. de. (1973). *Brésil du Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populist*. Tese (Doutorado). Paris: Université de Paris.
- Camargo, A. (1981). A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: Fausto, B. (ed.), *O Brasil Republicano*. Coleção História geral da civilização brasileira. Tomo III, 3º volume (1930-1964), São Paulo (SP): Difel, 121-224.
- Carvalho, E. B. de. (2017). Colonização dirigida no Paraná. In: CARVALHO, Ely Bergo de. *Inspirar Amor à Terra: Uma história ambiental da colonização moderna no Brasil, o caso de Campo Mourão – Paraná, 1939-1964*. São Paulo (SP): Alameda, 79-99.
- Carvalho, J. M. de. (2002). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2 ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira.
- Cellard, A. (2008) A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Comissão Pastoral da Terra. (2019). *Conflitos no Campo: Brasil 2018*. Goiânia (GO): CPT.
- Costa, J. C. Z. (2007). *Desenvolvimento econômico e deslocamento populacional no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Doutorado (Tese). São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) USP.
- Dezemone, M. (2014). Mundo Rural e Era Vargas: direitos, papel do campo e legislação social na historiografia recente. In: *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, v. 12, 219-245. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8104>
- Fausto, B. (2006). *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo (SP): Cia. das Letras.
- Freire, P. (1981). *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz & Terra.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo (SP): Atlas.
- Grynszpan, M. (1987). *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro (RJ): Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.
- Grynszpan, M. (2006). O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: Ferreira, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, 57-77.
- Ianni, O. (1975). *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira.

- Linhares, M. Y.; Silva, F. C. T. (1999). O imaginário rural brasileiro: a dignificação autoritária do trabalho. In: Linhares, Maria Yedda; Silva, Francisco Carlos Teixeira. *Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 115-124.
- Medeiros, L. S. de. (1982). *A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964*. Dissertação (Mestrado). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP).
- Medeiros, L. S. de. (1989). *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro (RJ): FASE.
- Mendonça, S. R. (2007). *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura.
- Mendonça, S. R. (2010). Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro (RJ), v. 3, n. 2, jul-dez, 126-141. https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:f9GijuCwOnAJ:https://www.sbh.org.br/arquivo/download%3FID_ARQUIVO%3D980+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
- Motta, R.P.S. (2016). A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Revista Páginas*, ano 8, n° 17, pp. 9-25. <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas/article/view/222/278>
- Oliveira, F. de. (2003). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.
- Ribeiro, V. V. (2006). *A Roça y la Campaña: a questão agrária face ao Varguismo e ao Peronismo*. Doutorado (Tese). Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense (UFF).
- Reis Filho, D. A. (2000). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar.
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (2013). *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*. Brasília (DF): Projeto Direito à memória e à verdade.
- Secreto, M. V. (2007). A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos históricos*: Rio de Janeiro (RJ), no. 40, julho-dezembro, 115-135. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1288>
- Seyferth, G. (1999). Os imigrantes e a campanha de nacionalização. In: PANDOLFI, Dulce. (ed.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, 199- 228.
- Scott, J. C. (2002). Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande (PB), vol. 21, n° 01, jan.-jun., 10-31. http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_86.pdf
- Scott, J. C. (2013). *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 1ª edição.
- Soares, F. V. (2015). O “fazer-se” da classe trabalhadora rural campista: o STR de Campos de Goytacazes ao longo dos anos 1940. *Revista Convergência Crítica*, v. 1, n.6, 70-86. <http://www.periodicoshumanas.uff.br/convergenciacritica/article/view/1573/1128>

Velho, O. G. (1976). *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo (SP), Difel.

Welch, C. A. (2010). *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo (SP): Expressão Popular.
<http://repiica.iica.int/docs/b2057p/b2057p.pdf>